



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE
Av. Senador Salgado Filho, 1555, - Bairro Tirol, Natal/RN, CEP 59.015-000
Telefone: - http://www.caern.rn.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA - CAERN - SERVIÇOS

Processo nº 03210325.000397/2024-10

REVISÃO: 03	DATA: 15/04/2026
-------------	------------------

1. OBJETIVO

Atender às condicionantes elencadas na Resolução 37/2016-D da Companhia a qualidade do efluente coletado nas estações de tratamento de esgotos industriais.

2. OBJETO

Contrato de prestação de serviço de um laboratório específico para coleta e análises físico-químicas e microbiológicas em amostras de Efluentes líquidos industriais que são recebidos pelos nossos sistemas de tratamento em atendimento à Resolução 37/2016-D da Companhia.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A companhia dispõe de estações de tratamentos de esgotos industriais, contudo, no sentido de padronizar o funcionamento das unidades de tratamento e controle de qualidade é necessário um monitoramento desses efluentes e estabelecer uma padronização do que é recebido. Com base nessa premissa, a CAERN elaborou uma normativa Resolução 37/2016-D que já conta com conhecimento das agências reguladoras o que fez constar na Resolução 002/2016-ARSBAN, mas que ainda não está em vigor porque não há um monitoramento contínuo desses esgotos industriais.

Algumas estações estão trabalhando no limite devido a entrada de altas cargas orgânicas em nosso sistema, o que prejudica sua capacidade de biodegradar e de reduzir ao máximo seus poluentes, de modo que também compromete a companhia, visto que temos limites e padrões a serem cumpridos conforme as licenças ambientais expedidas pelo IDEMA.

Essa contratação se faz necessária, em virtude do laboratório central não possuir mais o setor de análises de efluentes e que a implantação desses possui elevado custo, como também demanda muito tempo, de modo que o seu descumprimento é passível de sanções e penalidades, desse modo o custo-benefício de subcontratação se mostra mais vantajoso.

Isto posto, a contratação dos serviços laboratoriais possibilitará garantir a regularidade do atendimento das resoluções das agências reguladoras, órgãos ambientais municipais e estadual, promotorias e demandas judiciais.

4. JUSTIFICATIVA DO NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

Em se tratando da contratação referente ao objeto desta contratação, define-se que o parcelamento poderá gerar conflitos de compatibilização das coletas (frascarias, deslocamentos terrestre e aéreo, carro 4x4, escoamento dos materiais à aeroportos, uso de equipamentos in loco e outros serviços intrínsecos dessa etapa), podendo ocasionar a diferenciação nos custos envolvidos, gerando conflito de interesses pelos pontos de coletas menos onerosos à sua execução.

Além disso, a administração possui recursos escassos e a contratação do serviço em separado traz uma maior necessidade de distribuição das tarefas entre vários servidores, o que nesse momento diminui a eficácia da fiscalização e a gestão contratual.

Outro ponto que merece destaque é o atendimento a dois princípios básicos da Administração Pública – Economicidade e Eficiência:

O primeiro pelos custos diretos e indiretos que seriam acrescidos nas contratações em separado ou regionalizados, como a fiscalização e gestão Administração contratual, sem falar nos processos licitatórios e gestões de contratos em separado.

Quanto ao segundo, conforme já citado, atualmente é de difícil realização a fiscalização de vários processos em separado, o que comprometeria o resultado final esperado. Sem contar com a possibilidade de preterição aos pontos de coletas próximos aos grandes centros urbanos, em detrimento aos mais distantes, inseguros e de difícil acesso. Frise-se que a contratação em separado é a regra, porém com o intuito de melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e que em nenhuma outra contratação similar realizada pela Companhia, houve-se informação de que os preços não apresentaram desvantagem econômica em decorrência do não parcelamento.

Portanto, diante da experiência e conhecimento, com o fundamento demonstrado, opta-se pelo não parcelamento do objeto desta contratação, visando assim um resultado final completo e satisfatório, além de uma racionalização dos recursos da Administração.

5. LEGISLAÇÃO

5.1. O monitoramento dos efluentes industriais atenderão às condicionantes Resolução 37/2016-D da Companhia; Instrução Normativa nº 01 de 03/11/2004 do CONEMA. Resoluções 002/2016 da ARSBAN e da Resolução nº 002/2016 da ARSEP, sempre considerando as Resoluções federais CONAMA 357/2005 e 430/2011.

6. GENERALIDADES

- O licitante vencedor tem por obrigação cotar/fornecer os serviços exatamente conforme especificado neste termo.
- Não são admissíveis quaisquer alegações por parte do licitante vencedor o desconhecimento da existência deste termo de referência e de suas respectivas informações.
- É também obrigação do licitante vencedor entregar toda a documentação técnica exigida no ato do fornecimento final. A falta de algum documento poderá incorrer na recusa da contratação do serviço;
- No caso de ser impossível ao licitante atender algum detalhe exigido nesta especificação, deverá o mesmo descrever completamente os aspectos que estão em desacordo e apresentar argumentos técnicos que possibilitem a alternativa, para aprovação da CAERN.
- Apresentar propostas com menor preço compatíveis com o de mercado e que atenda aos requisitos deste termo de referência, e o somatório do quantitativo das colunas "Quantidade de Amostras por Ano" do item 8.4.
- A PROPONENTE deverá apresentar proposta de preço compatível com as exigências do presente Termo de Referência.


7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

O Laboratório/empresa que se proponha a executar os serviços de que trata o Objeto, deve:

- 7.1. Realizar a coleta (*in loco*) e as análises dos parâmetros descritos no Item 8, em conformidade com as normas e metodologias analíticas.
- 7.2. As coletas deverão ser feitas pela contratada, por profissionais habilitados/qualificados em veículo adequado (caminhonete 4x4), respeitando todas as normas de segurança;
- 7.3. A contratada fornecerá todo o material necessário para realizar as coletas: fichas de coleta (cadeia de custódia), vidrarias, frascarias, refrigeração e caixas térmicas para transporte.
- 7.4. Emitir os relatórios de ensaios dos parâmetros analisados em formulários próprios e timbrados com as identificações de endereço, telefones para contato, etc. e assinados por um profissional credenciado e que tenha registro no Conselho para exercício da profissão da área de atuação de laboratório ou disponibilizar em site ou portal;
- 7.5. Informar nos laudos os Valores: Máximo Permitidos estabelecidos na Instrução Normativa nº 01 de 03/11/2004 do CONEMA.
- 7.6. Enviar os resultados em PDF, no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da data da coleta. Os relatórios de ensaios deverão constar a data e hora da amostragem, data e hora da entrada no laboratório ou recebimento, data e hora da análise ou início do ensaio (de cada parâmetro) e data da elaboração ou emissão do relatório. Não serão aceitos relatórios de ensaios com Holding time anexados a parte do RE. Em caso de análises realizadas fora do holding time, a contratada deverá informar em até 48h da ciência para reagendamento e reorganização das recoletas.
- 7.7. Sinalizar para CAERN os parâmetros que apresentarem valores acima do VMP ou discrepantes do histórico. Após análise crítica, confirmada a divergência nos resultados das análises, a contratada será notificada a reanalisar tais parâmetros e em caso de manutenção da inconsistência será solicitada recoleta para o parâmetro não validado afim de elucidar tais questionamentos antes do fechamento total e entrega dos RE. Os custos com as recoletas são por conta da Contratada. A contratante buscará junto a contratada o alinhamento de rotas e agendas para que as recoletas ocorram no menor tempo possível conforme determina a Resolução visto as frequências serem mensais.
- 7.8. Garantir que o escopo dos ensaios Físico-Químicos e Microbiológicos possuam LQ (Limite de Quantificação) e LD (Limite de detecção) que atendam os VMPs (valores máximos permitidos) que sejam adequados ao tipo de amostra analisada (esgoto e efluentes). Informar nos laudos os Valores: Máximos Permitidos (VMP) e Mínimos (LQ, LD) de cada parâmetro conforme Resolução 37/2016-D da Companhia e Conama nº 357/2005 e 430/2011;
- 7.9. Disponibilizar quando solicitado os documentos referentes as certificações de equipamentos e demais materiais envolvidos nos ensaios analíticos e amostragem, como também as Normas, Metodologias oficiais e POPs acreditados;
- 7.10. Deverá assegurar que todos os resíduos de amostras recebidas para a realização dos ensaios e suas embalagens serão descartadas de forma ambientalmente correta e de acordo com a legislação ambiental em vigor;
- 7.11. Caso a CAERN julgue necessário, o PROPONENTE deverá disponibilizar: O acesso aos funcionários da CAERN às instalações da CONTRATADA para cada verificação in loco da estrutura e demais quesitos técnicos exigidos, mediante prévia programação, durante a execução do contrato.
- 7.12. Os custos com deslocamento, hospedagem e alimentação dos funcionários da CAERN, relativos à Diligência, serão de responsabilidade da contratada.

8. LISTA DOS PARÂMETROS, LOCAIS DE COLETAS E SEUS QUANTITATIVOS

8.1. Parâmetros a serem analisados nas amostras do efluente bruto industrial:

	TÍTULO RESOLUÇÃO Nº 37/2016-D	FOLHA 01
---	---	--------------------

UNIDADE ADMINISTRATIVA DIRETORIA COLEGIADA	VIGÊNCIA 24.10.2016
--	-------------------------------

ANEXO I – PADRÕES DOS ÍNDICES DE CONTROLE DE QUALIDADE PARA OS EFLUENTES DAS INDÚSTRIAS LANÇADOS NO COLETOR PÚBLICO DA CAERN

PARÂMETRO	UNIDADE de MEDIDA (entre 6 e 10)	VALORES MÁXIMOS ADMISSÍVEIS
PH		Faixa Admissível
Temperatura	°C	40
Sólidos Sedimentáveis em Teste de 1h	ml/l	20 (realizado em Tanque Imhoff)
Gorduras, Óleos e Graxas	mg/l	100
Regime de lançamento	l/s	1,5 (Q de vazão média)
Arsênio TOTAL	mg/l	1,5
Alumínio TOTAL	mg/l	3,0
Cádmio TOTAL	mg/l	0,1
Chumbo TOTAL	mg/l	1,5
Cobre TOTAL	mg/l	1,5
Cromo TOTAL	mg/l	5,0
Cobalto	mg/l	1,0
Cloreto	mg/l	10.000
Estanho TOTAL	mg/l	4,0
Mercurio TOTAL	mg/l	0,01
Níquel TOTAL	mg/l	2,0
Prata TOTAL	mg/l	1,5
Selênio TOTAL	mg/l	1,5
Zinco TOTAL	mg/l	5,0
Cianeto	mg/l	0,2
Amônia	mg/l	100,0
Cromo Hexavalente	mg/l	0,5
Surfactantes (MBAS)	mg/l	5,0
Vanádio	mg/l	1,0
Fenol	mg/l	5,0
Ferro Solúvel (Fe2+)	mg/l	15,0
Fluoreto	mg/l	10,0
Sulfato	mg/l	1.000,0
Sulfeto	mg/l	1,0
Sólidos Suspensos Totais (SST)	mg/l	300,0
DBO-Demanda Bioquímica de Oxigênio	mg/l	300,0
DQO – Demanda Química de Oxigênio	mg/l	600,0

OBS:

- 1) Os valores acima referidos são os máximos permitidos, obedecendo os padrões estabelecidos na Seção VIII do novo Regulamento Geral dos Serviços e INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 Aprovada no CONEMA dia 03/11/2004;
- 2) Para aqueles índices encontrados fora do padrão, a CAERN tomará as medidas pertinentes, conforme estabelecidas nesta Resolução e em Normas legais.
- 3) As amostras dos materiais que vão ser submetidos à análise serão coletadas pela Regional/CAERN, com o acompanhamento do representante da Indústria e deverão seguir os padrões e cuidados previstos nas Normas.

Nota: O parâmetro - Regime de Lançamento (L/s) não será solicitado.

OBS: Além dos parâmetros listados no Anexo I, devem ser analisados em cada amostra os seguintes parâmetros:

- Cor verdadeira UC;
- Coliformes termotolerantes NMP/100 mL;
- Cianeto Livre (destilado por ácidos fracos) mg/L;
- Cromo trivalente mg/L;
- Manganês dissolvido mg/L;
- Alumínio dissolvido mg/L;
- Sólidos Dissolvidos totais mg/L.

8.2. Localização das Indústrias localizadas na região Metropolitana Norte.



ID	Usuário	Matricula	Local do Ponto de Coleta	Coordenadas do Ponto de Coleta	Imagem do Ponto de Coleta
1	NORTEX	7353611	Externo	-5.753454631786914 -35.28861304695504	
2	VICUNHA TEXTIL AS	4734040	Externo	-5.747096563812353 -35.28553281263029	
3	TRES CORACOES ALIMENTOS SA	5317167	Interno	-5.742503318399374 -35.28736586904328	
		6814270			
4	A&E EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA	7701160	Externo	-5.738220958767557 -35.290331122772635	
5	GRANTEX TEXTIL LTDA	11078910	Interno / Externo	-5.7363562111755675 -35.29038185397853	
		4688404			
6	GUARARAPES CONFECCOES S.A	7538847	Externo	-5.735318797017523 -35.29066551918463	
		3551149			
7	COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GAS S.A	7165004	Externo	-5.724641838706346 -35.280915142899026	
8	CONDOMINIO RESIDENCIAL MIRANTES GREEN PARK	11224827	Interno	-5.7272302064602245 -35.292506342329176	
9	COATS CORRENTE TEXTIL LTDA	9652191	Interno	-5.7338659580524975 -35.29135071552254	
		4808738			
10	COND MIRANTES DA LAGOA	9651551	Interno	-5.730025131193336 -35.29729487115088	

8.3. Localização das Indústrias localizadas na região Metropolitana Sul.



- 1 COCA-COLA
- 2 C&F FABRICAÇÃO DE BEBIDAS
- 3 BRASIMPORT / THIAGO GADELHA
- 4 CENTER MASSAS
- 5 LEITE BOM
- 6 SADIO CONDIMENTOS
- 7 MAXTEXTIL



- 8 SIMAS INDUSTRIAL DE ALIMENTOS
- 10 COTEMINAS
- 13 STER BOM INÚSTRIA E COMÉRCIL
- 17 VILAC FOODS
- 23 EQUIPAGGIO INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES



- 30 NOVA FOODS
- 31 ESTRELÃO
- 33 ASPERBRAS
- 34 RAROS AGRO
- 36 STER BOM - FÁBRICA
- 37 SANTO ANDRÉ TEXTIL
- 38 RESINORTE
- 41 RUFITOS

ID	Usuário	Matrícula	Local do Ponto de Coleta	Coordenadas do Ponto de Coleta	Imagem do Ponto de Coleta
1	COCA-COLA	8985502	EXTERNO		
2	C&F FABRICAÇÃO DE BEBIDAS	10012419	EXTERNO	-5.877175 -35.316505	
3	BRASIMPORT/THIAGO GADELHA	9656561	EXTERNO	-5.878424 -35.316263	
4	CENTER MASSAS	9893148	INTERNO	-5.879400 -35.315829	
5	LEITE BOM	10991050	INTERNO	-5.881187 -35.315281	
6	SADIO CONDIMENTOS	9655743	EXTERNO	-5.882163 -35.316151	
7	MAXTEXTIL	9656910	EXTERNO	-5.887511 -35.316245	
8	SIMAS INDUSTRIAL DE ALIMENTOS	6486630	INTERNO	-5.881229 -35.303976	
10	COTEMINAS	8544115	EXTERNO	-5.883644 -35.297622	
13	STER BOM INDÚSTRIA E COMÉRCIL	6617767	INTERNO	-5.883183 -35.294971	
17	VILAC FOODS	-	INTERNO	-5.884882 -35.298907	
23	EQUIPAGGIO INDÚSTRIA DE CONFECCÃO	9098836	INTERNO	-5.887262 -35.298976	
30	NOVA FOODS	6836820	INTERNO	-5.882645 -35.293618	
31	ESTRELÃO	7647859	INTERNO	-5.883641 -35.291620	
33	ASPERBRAS	5989100	INTERNO	-5.885421 -35.288985	
34	RAROS AGRO	7443161	EXTERNO	-5.886456 -35.286138	
36	STER BOM – FÁBRICA	9656600	INTERNO	-5.887875 -35.279104	
37	SANTO ANDRÉ TEXTIL	9017496	INTERNO	-5.884476 -35.292488	
38	RESINORTE	9673486	EXTERNO	-5.884719 -35.294373	
41	RUFITOS	5989120	EXTERNO	-5.885687 -35.294683	

8.4. Quantitativo de coletas/amostras por ano.

Quantidade de Indústrias	Frequência	Quantitativo de coletas/ amostras por ano
30	Mensal	360

8.5. Caso alguma indústria não possua condição de coleta, por questões técnicas ou operacionais, será facultado a contratante redirecionar essas amostras para outras ou novas se houver.

8.6. A interesse da contratante, e de cunho investigativo, poderão ser solicitadas coletas em outros locais tais como: caixas de passagem ou poços de visitas (PV), na busca do real esgoto bruto industrial.

9. AMOSTRAGEM E TRANSPORTE

9.1. As coletas serão de responsabilidade dos técnicos do Laboratório/empresa Contratada pela CAERN, haja vista que as interfaces das ações para conclusão de laudos e confiabilidade dos resultados, dependem da logística de procedimentos do serviço. Devendo, portanto, ser incluso o material necessário para coleta, preservação e envio via aéreo das amostras em tempo hábil (caso das empresas fora do estado) entre a coleta e a realização das análises, evitando transtornos e descontinuidade do processo que podem interferir nos resultados.

9.2. Os custos de todas as obrigações da CONTRATADA deverão estar inclusos no menor preço global da proposta comercial.

10. NORMAS E METODOLOGIAS

10.1. A Metodologia deve ser adequada para o tipo de amostra (Esgoto, efluentes e água natural) e seguir as normas oficiais, preferencialmente, Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, 23 th edition - AWWA/APHA/WEF, podendo ser usado também Métodos EPA (série SW 846 e outras); Normas NBR/ABNT referentes e Métodos CETESB. As Metodologias analíticas devem ser disponibilizadas (o escopo de ensaio e amostragem) para serem avaliados quanto a sua adequação e aprovação levando em consideração o LQ, LD assim como VMP e tipo de amostra de acordo com o exigido pela legislação vigente. Deverá ser disponibilizado os certificados de calibração e as certificações dos equipamentos e demais materiais envolvidos na amostragem e ensaios.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1. O prazo para execução dos serviços será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir do recebimento da Ordem Inicial de Serviços pela contratada.

12. VIGÊNCIA CONTRATUAL

12.1. O contrato decorrente do presente edital terá validade a partir de sua assinatura, ficando a sua eficácia condicionada à publicidade do ato e terá vigência até 120 (cento e vinte) dias após o término do prazo de execução.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

13.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.3. Na execução dos trabalhos, deverá haver proteção contra o risco de acidentes com o pessoal da CONTRATADA e com terceiros, independentemente da transferência daquele risco à companhia ou institutos seguradores. Para isto, a CONTRATADA deverá cumprir fielmente o estabelecido na legislação nacional no que concerne à segurança (inclusive a higiene do trabalho), bem como obedecer a todas as normas, a critério da SUPERVISÃO, apropriadas e específicas para a segurança de cada tipo de serviço. A CONTRATADA é a única responsável pela segurança, guarda e conservação de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.

13.4. A CONTRATADA será responsável por disponibilizar veículo adequado para as coletas respeitando/atendendo todas as normas de segurança.

13.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitadas ao estabelecido no §1º do art. 81 da Lei Federal nº 13303/2016, tomando-se por base o valor contratual.

13.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade, o fato da contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução do contrato.

13.7. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específica de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução do contrato.

13.8. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipóteses estas que serão respondidas no prazo máximo de 6 (seis) horas.

13.9. Substituir ou reparar os equipamentos e materiais que estejam direta ou indiretamente ligados ao objeto contratual, que comprovadamente apresentem condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da sua notificação através de e-mail e telefone.

13.10. Cumprir as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

13.11. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

13.12. Realizar a manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos envolvidos na execução dos serviços, de forma, a não comprometer a execução do mesmo.

13.13. Entregar o material conforme todas as especificações do edital e seus anexos.

13.14. Manter, durante todo o período de vigência do contrato, responsável técnico, habilitado e capaz de resolver todas as questões que envolvam o objeto deste contrato, registrado no Conselho Competente;

13.15. Manter, durante todo o período de vigência do contrato, assistência e equipe técnica operacional, para aplicação e manutenção de todos os serviços que englobam o objeto deste contrato;

13.16. Comprovar que possui em seu quadro de funcionários profissionais qualificados para amostragem e responsável técnico pelos ensaios, com apresentação do cargo/função dentro da empresa e anotação de responsabilidade junto ao órgão de classe com número do registro vigente.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Solicitar a execução do objeto à contratada, através da emissão da ordem de fornecimento.

14.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 13.303/2016 e suas alterações.

14.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

14.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

14.5. Iniciar a avaliação dos resultados enviados após o fechamento das campanhas (mensal).

14.6. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

14.7. Aplicar as penalidades e sanções previstas em lei e neste instrumento, na hipótese de a contratada não cumprir o Contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos materiais, arcando a referida contratada com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

14.8. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com àqueles praticados no mercado pelas demais empresas do mesmo ramo, de forma a garantir que os preços contratados continuem a ser os mais vantajosos para a Administração;

14.9. Assegurar os recursos financeiros necessários para contratação do objeto;

14.10. Permitir acesso aos funcionários do fornecedor, previamente relacionados e devidamente identificados, sempre que for necessário e em qualquer horário, à planta e áreas relacionadas das unidades de tratamento de efluentes da CAERN;

15. DO PAGAMENTO

15.1. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.2. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

15.3. Não será autorizado o faturamento sem a emissão/publicação final dos relatórios de ensaios.

15.4. Serão pagos apenas os quantitativos dos relatórios de ensaio validados e completos. Os relatórios que estiverem aguardando a finalização de recoletas de alguns parâmetros não serão pagos.

15.5. Para o pagamento, faz-se necessária a realização de medição mensal para averiguação da entrega dos relatórios durante o período de 30 dias.

15.6. Após a entrega do relatório e aprovação do fiscal e gestor do contrato, deverá ser emitido NF-e de serviço com a retenção da alíquota de ISS no município da prestação do serviço.

16. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

16.1. A execução dos serviços será supervisionada pela Gerência de Qualidade e Meio Ambiente (GQM), com poderes para verificar se as especificações estão sendo cumpridas, analisar e decidir sobre proposições da CONTRATADA que visem melhorar a execução dos serviços, fazer qualquer advertência quanto a qualquer falha da CONTRATADA, recomendar a aplicação de multas ou outras penalidades no contrato.

16.2. A existência do SUPERVISOR não exime a responsabilidade da CONTRATADA, podendo inclusive questionar detalhes de serviços em execução ou executados, materiais em utilização ou já utilizados, sujeitando-os a análise e aprovação.

16.3. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Gerência de Qualidade e Meio Ambiente (GQM) da CAERN.

17. CRITÉRIO DE JULGAMENTO, MODO DE DISPUTA E FORMA DE LICITAÇÃO

No que tange o critério de julgamento, será contratado aquele que apresentar **menor preço global**, conforme previsto no Art. 69 do RILCC, tendo como referência o orçamento básico elaborado pela Contratante, com base nas cotações de preço. Desse modo, o orçamento deverá ser **sigiloso**, haja vista que os preços adotados em orçamento não são públicos.

Com relação ao modo de disputa, a mesma será do tipo **aberta**, conforme RILCC. No que tange a forma de licitação, conforme abordado no RILCC, a mesma deverá ser do tipo **eletrônica**.

QUADRO RESUMO	
OBJETO	MODALIDADE
Critério de Julgamento	Menor preço global
Orçamento	Sigiloso
Modo de disputa	Aberto
Forma da licitação	Eletrônica

A contratação em questão é de serviço comum.

18. HABILITAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

18.1. Não será exigida a comprovação econômico financeiro da PROPONENTE.

19. HABILITAÇÃO TÉCNICA

19.1. Para fins de Qualificação Técnico-operacional, a PROPONENTE deverá apresentar documentos comprobatórios de experiência na execução de serviços de análises físico-químicas e microbiológicas em amostras de água, efluentes e corpos hídricos receptores (ensaios analíticos em matriz líquida), sendo os serviços tecnicamente relevantes.

19.2. A empresa/laboratório deve contemplar a norma NBR ISO/IEC 17025:2017 e possuir os parâmetros : DBO, DQO, Sulfeto, pH, Amônia (Nitrogênio amoniacal), metais (Arsênio total, Alumínio total e dissolvido, Cádmio total, Chumbo total, Cobre total, Cromo total, Cobalto, Estanho total, Mercúrio total, Níquel total, Prata total, Selênio total, Zinco total, Cianeto total e livre, Cromo hexavalente, Cromo trivalente, Ferro solúvel, Manganês dissolvido) descritos no Item 8, deste termo de referência, acreditado pelo INMETRO, validando os ensaios subcontratados.

19.3. A PROPONENTE deverá apresentar, juntamente com o escopo de acreditação, o limite de quantificação e a metodologia aplicada para cada parâmetro, e os mesmos devem atender aos limites da Portaria 888/2021 do MS e do CONAMA 396/2008.

19.4. A contratada deverá comprovar, obrigatoriamente, experiência e capacidade de execução de, no mínimo, 30% (TRINTA POR CENTO) do quantitativo total das AMOSTRAS listadas no item 8.4 deste termo de referência. Para fins de contabilização de amostras na fase de habilitação técnica, só serão consideradas amostras com no mínimo 10 parâmetros analisados que pertençam ao seu escopo de acreditação. A comprovação dar-se-á por meio de contratos anteriores, vigentes (com comprovação de quantitativo já executado) e/ou declaração fornecida por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que identifique os serviços executados e seus respectivos quantitativos, sendo permitido o somatório de atestados/contratos/declarações. A declaração deve conter os elementos necessários para verificação de sua autenticidade junto à declarante, com dados tais como: contato telefônico, domicílio da empresa, endereço de e-mail, CNPJ. A CAERN reserva-se o direito de verificar a autenticidade dos documentos, quando entender necessário, ensejando a inabilitação da empresa no caso de não se confirmar a autenticidade ou diante de hipótese que inviabilize a verificação.

20. DO REGIME DE EXECUÇÃO

Devido a imprecisão inerente ao quantitativo em relação aos itens do objeto da contratação, o regime de execução será por preço unitário.

21. DA GARANTIA CONTRATUAL

A contratada obrigará-se à prestação de garantia no ato da assinatura do contrato a qual será de 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, conforme prevê o art. 70, § 2º da Lei nº 13.303/2016, observado, ainda, o disposto no art. 160 do RILCC.

A Contratada poderá optar por uma das seguintes modalidades de Garantia, conforme consta no Art. 160 do RILCC/CAERN.

1 - Caução em dinheiro;

2 - Seguro-garantia;

3 - Fiança bancária.

Na hipótese de prorrogação do contrato, a garantia deve ser atualizada para o valor global do contrato.

A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução e recebimento definitivo do objeto contratual, mediante apresentação de certidão negativa de regularidade com o INSS relativa à baixa da matrícula do CEI e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente com base na variação do índice da caderneta de poupança.

Caso seja adotada a fiança bancária ou o seguro garantia, o prazo de validade do instrumento deve ser equivalente ao prazo de execução contratual somado ao prazo de vigência.

Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela CAERN, dos quais o contratado ficará depositário, a garantia deverá ser acrescida o valor destes bens.

O não recolhimento, pelo contratado, da garantia de execução do contrato no prazo estabelecido no instrumento convocatório caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções correspondentes.

Nas contratações de prestação de serviços terceirizados, o instrumento de garantia oferecido pela contratada deverá, obrigatoriamente, garantir à CAERN, até o limite máximo de indenização, a retenção, compensação ou glosa administrativa ou o reembolso dos prejuízos comprovadamente sofridos em relação às obrigações de natureza trabalhista e previdenciária de responsabilidade do tomador oriundas do contrato principal, nas quais a CAERN venha arcar com os pagamentos dessas verbas em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, ainda, nas hipóteses de acordo entre as partes com prévia anuência do terceiro garantidor e consequente homologação do Poder Judiciário.

A CAERN efetivará a glosa administrativa quando da prolação da sentença ou homologação de acordos que não excluam expressa e definitivamente a Companhia do pólo passivo da reclamação trabalhista, limitada ao valor integral da condenação/acordo;

A CAERN efetivará a glosa administrativa da última parcela/medição, a qual ficará destinada à quitação de eventuais débitos trabalhistas e previdenciários relacionados ao contrato;

Os valores retidos poderão ser utilizados para pagamento à contratada, assim que ela comprovar o cumprimento de suas obrigações, ou pagamento direto aos seus empregados caso as circunstâncias assim recomendem;

A CAERN poderá depositar os valores retidos cautelarmente junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento dos salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS, quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, dentre outras razões, por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento.

22. DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO E SUBCONTRATAÇÃO

Para este Processo Licitatório não será permitida participação de Consórcio. Somente será permitida a subcontratação parcial nos moldes descritos neste item.

A contratada poderá subcontratar a atividade de amostragem/coleta, desde que realize de acordo com a norma NBR ISO 17025:2017 e o seu escopo de amostragem seja acreditado pelo INMETRO, além de dispor de toda a estrutura necessária para prestar esse serviço como descrito no termo de referência item 8, item 9 e item 10.

Todos os parâmetros subcontratados e não acreditados devem seguir as normas oficiais para coletas e ensaios.

Será permitido subcontratar parâmetros descritos no item 8, que não façam parte dos exigidos com acreditação, desde que a empresa subcontratada possua NBR ISO/IEC 17025:2017 ou possua implantado o sistema de gestão de qualidade seguindo os requisitos da norma supracitada.

23. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Aceitar nas mesmas condições contratuais e quantitativo constantes neste Termo de Referência e demais anexos do Edital, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

24. DO ÍNDICE DE REAJUSTAMENTO

Os preços contratuais serão irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses na forma da lei.

Para efeito de cálculo do reajustamento, quando devido, a data-base será contada a partir da data da sessão pública de abertura das propostas, na mesma proporção da variação verificada no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

25. DISPOSIÇÕES GERAIS

O fornecedor vencedor fica obrigado a atender todas as solicitações efetuadas através da assinatura na Ordem de Serviço e do Contrato.

REV.	HISTÓRICO DE REVISÕES	RESP. ALTERAÇÃO	MAT.	ÁREA
00	Emissão Inicial	Ederson William de F. Nunes Francisco Canindé de Moraes Filho	3682 4149	ULCA/GQM GQM
01	Correção no título do item 07 Organização no item 18	Ederson William de F. Nunes	3682	ULCA/GQM

	Inclusão do item 23, do índice de reajuste			
02	Ajustes nos itens 6, 7, 13, 14 e 19 Inclusão do item 18, habilitação econômica financeira	Ederson William de F. Nunes	3682	ULCA/GQM
03	Correção no item 22	Ederson William de F. Nunes	3682	ULCA/GQM

O presente documento segue assinado pelo funcionário Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade.



Documento assinado eletronicamente por **Ederson William de Figueiredo Nunes, Coordenador da Unidade Central de Controle da Qualidade**, em 15/04/2026, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).




A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40727207** e o código CRC **7AD88012**.



Processo Número: 03210325.000397/2024-10

ORÇAMENTO BÁSICO

		ORÇAMENTO BÁSICO E QUANTITATIVO		UNID. ADMINIST. GQM/DO	FOLHA 01/01
UNIDADE:		UNCQ/ GQM			DATA 10/04/2026
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE de Amostras	VALOR UNITÁRIO por Amostra	VALOR TOTAL	
01	Contrato de prestação de serviço de um laboratório específico para coleta e análises físico-químicas e microbiológicas em amostras de Efluentes líquidos industriais que são recebidos pelos nossos sistemas de tratamento em atendimento à Resolução 37/2016-D da Companhia.	360	R\$ -		
TOTAL GERAL (R\$)					R\$ -



Documento assinado eletronicamente por **Ederson William de Figueiredo Nunes**, **Coordenador da Unidade Central de Controle da Qualidade**, em 10/04/2026, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40599072** e o código CRC **7D6C2559**.